

CONSIDERAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA REVISÃO

CONSIDERATIONS ABOUT OUTSOURCING AND JOB SECURITY
AT BRAZIL'S CONTEXT: REVIEW

Raquel Libório Feitosa ¹ Aduino de Vasconcelos Montenegro ²

Resumo

Os fenômenos da precarização e da terceirização, inseridos em um contexto histórico, marcado por diversas lutas e questões intrínsecas à relação entre capital e trabalho, assumem contornos específicos no cenário contemporâneo, sobretudo devido ao Projeto de Lei 4330/2004, o qual trata especificamente da regulamentação da terceirização no Brasil, aprovado na Câmara recentemente. Com base nesse contexto, o presente artigo objetiva discutir os seguintes questionamentos: o que esperar para a realidade brasileira confrontada à possível mudança de legislação que amplia e aprofunda a terceirização? O que extrair de uma reflexão baseada em alguns elementos das ditas “sociedades salariais”? No que concerne ao delineamento metodológico do estudo, foi realizada uma revisão de literatura para subsidiar a discussão apresentada no objetivo do artigo. Foram considerados, prioritariamente, textos científicos publicados de 2005 até 2015 em bases de dados brasileiras. Os resultados do estudo apontam predominância de estudos empíricos, análise dos contornos e consequências da terceirização e da precarização nos setores público e privado e em diversas categorias profissionais, bem como reiteram o caráter mundial do fenômeno e suas particularidades nacionais. A discussão dos resultados e as considerações finais deste artigo retomam os principais achados bibliográficos, com intuito principal de suscitar formas de enfrentamento.

Palavras-chave: Terceirização; Precarização; Brasil.

Abstract

The phenomena of insecurity and outsourcing, embedded in a historical context, marked by various struggles and issues intrinsic to the relationship between capital and labor, take specific forms in the contemporary context, the example of Bill 4330/2004, which deals specifically with the regulation of outsourcing in Brazil and was approved in the House recently. Based on this background, this article aims to discuss: what to expect for the Brazilian reality confronted with possible change of legislation that broadens and deepens outsourcing? What can be extracted from a comparative reflection based on some elements of the “wage society”? The methodological design of the study was a literature review conducted to support the discussion presented in the purpose of the article. We considered primarily scientific papers published from 2005 to 2015 in the Brazilian databases. The study results indicate a predominance of empirical studies, analysis of the forms and consequences of outsourcing and casualization in the public and private sector and various professional categories, as well as reaffirming the global nature of the phenomenon and its national peculiarities. The discussion of the results and final considerations of this article reiterate the main bibliographic findings, with main aim of raising ways of coping and contending.

Keywords: Outsourcing; Insecurity; Brazil.

¹ Psicóloga e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: raquel.feitosa@ufc.br.

² Psicólogo e Mestrando em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: adauto_montenegro@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A precarização e a terceirização têm assumido contornos e alcances significativos no atual mundo de intensas transformações do trabalho e do emprego. Castel (1998) afirma que a nova dinâmica do capital assume as seguintes características fundamentais: “a desestabilização dos estáveis, a instalação na precariedade de diferentes trabalhadores, e o aumento do desemprego” (p. 12).

Diante desse contexto, o presente artigo objetiva discutir como esses elementos afetam a realidade brasileira confrontada à mudança de legislação que amplia a terceirização. Objetiva, portanto, responder às seguintes questões: o que esperar para a realidade brasileira confrontada à possível mudança de legislação que amplia e aprofunda a terceirização? O que extrair de uma reflexão baseada em alguns elementos das ditas “sociedades salariais”?

A terceirização, embora não seja um fenômeno estritamente recente — quando se considera o processo histórico como um todo — assume grande relevância por suas consequências no contexto social atual (Druck, 2011), tanto por sua intensificação quanto pelas tentativas de enquadrar novas práticas de terceirização no contexto legal, a exemplo do Projeto de Lei (PL) 4330/2004, o qual trata, especificamente, do processo de regulamentação da terceirização no Brasil. Entre as principais questões abordadas pelo PL em questão, pode-se apontar a possibilidade de terceirização também para as atividades-fim por parte de empresas públicas e privadas.

De acordo com Pochmann (2006), em 2005, o número de trabalhadores terceirizados representavam 16% dos trabalhadores da iniciativa privada no Brasil, o que indica a expressiva quantidade de trabalhadores com esse tipo de vínculo nas organizações.

Com base no panorama em questão, o presente artigo objetiva realizar uma discussão teórica acerca das transformações do trabalho, enfocando a terceirização e a precarização no contexto brasileiro, mediante uma revisão de literatura. Para alcançar tal intento, os objetivos secundários do trabalho são apresentar um panorama das publicações mais recentes sobre o tema e buscar aspectos que caracterizem a terceirização e a precarização no contexto nacional e em algumas “sociedades salariais”, considerando e reconhecendo os alcances globais do fenômeno. Estudos apresentados por autores diversos considerando contextos de diferentes países apontam para o grande alcance do fenômeno em esfera global (Azevedo, 2007, Costa, 2012, Stefano & Nogueira, 2006, Lima, Narciso, Andrade, Oliveira, 2014, Neves & Pedrosa, 2007).

MÉTODO:

O presente artigo é uma revisão de literatura, considerando os últimos dez anos: de 2005 até 2015. A busca foi realizada nas seguintes bases de dados e anais de eventos científicos: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Anais do CBPOT (Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho) e Anais do EnANPAD (Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração). A escolha das duas primeiras bases se justifica pelo amplo volume de publicações e revistas indexadas, o que permite investigar de maneira mais abrangente o estado da arte sobre o tema. Os anais do CBPOT foram selecionados devido à reconhecida importância e relevância do evento na pesquisa nacional e internacional na área de Psicologia Organizacional e do Traba-

lho. Os anais do EnANPAD também foram selecionados por se tratar de evento com grande relevância na área de Administração de Empresas, que recebe contribuições de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento.

Os descritores utilizados foram *terceirização, precarização, Brasil*. Os critérios de inclusão de publicações foram os seguintes: publicações que tratassem dos temas *terceirização e precarização*.

TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO: UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO E COMPREENSÃO DO FENÔMENO

O termo *terceirização* apresenta notória diversidade de conceitos, o que pode ser atribuído tanto às diferentes correntes teórico-epistemológicas que se debruçam sobre o fenômeno quanto pelas posições políticas e ideológicas distintas assumidas pelos atores envolvidos no processo que envolve as relações entre capital e trabalho. O aumento de estudos sobre os contornos e consequências da *terceirização* não provocaram uma definição e caracterização consensual acerca desses processos (Oliveira & Moreira, 2012, Carvalho & Navarro, 2012) e tais estudos se intensificaram principalmente a partir do fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, período histórico em que as reestruturações proliferaram no contexto brasileiro.

É fundamental destacar que a *terceirização* e a *precarização*, conforme ressaltado no início deste artigo, se constitui como fenômeno global e vem alcançando diversos setores da economia: industrial, de serviços e telecomunicações. Tal fato é atestado por Lima (2010) ao afirmar que:

Na atualidade, a discussão aponta para o caráter global da *terceiriza-*

ção e sua “consumação” com impactos significativos, isso em direção à maior *precarização* das condições e relações de trabalho [...] a *precarização* está em toda parte, no setor privado, no setor público, nos meios de telecomunicações, etc. E seus efeitos são similares, embora com gradações distintas: a desestruturação da existência e de suas estruturas temporais, tornando o futuro incerto e generalizando a insegurança como forma de vida (p. 19).

Rios e Gondim (2010) e Augusto e Freitas (2012) apontam também que o fenômeno em questão pode ser encontrado tanto no serviço público quanto na iniciativa privada. Pode-se afirmar que a intensificação dos processos de flexibilização não se dá apenas no campo do trabalho, mas se configura em diversos campos sociais, principalmente devido à volatilidade do mercado financeiro e à virtualização das riquezas. (Neves & Pedrosa, 2007)

Antes de discutir a conceituação e as consequências do processo de *terceirização*, torna-se necessário situar o fenômeno historicamente e explicitar em que bases nascem e se intensificam tais práticas. Diversos autores (Borsoi, 2011, Russo & Leitão, 2006, Franco, Druck, Seligmann-Silva, 2010) atribuem o aumento de práticas de *terceirização*, principalmente, ao início da adoção do modo de produção toyotista, baseado no modelo japonês. O referido modelo provoca uma grande ruptura com o modelo taylorista-fordista predominante até então. Este último, denominado por Marcelino e Cavalcante (2012) como a “tradicional empresa fordista do século XX” (p. 332) possui algumas características fundamentais como a jornada em tempo integral e o asseguramento de diversos direitos e garantias trabalhistas, muitas dessas instauradas no Brasil com a Consolidação das Leis Trabalhis-

tas (CLT) na Era Vargas, período no qual o salário mínimo, por exemplo, passa a ser considerado obrigação das empresas. O referido processo, no contexto brasileiro, teve início na Revolução de 30 e com a progressiva inclusão de direitos e garantias trabalhistas na Constituição de 1943 e, posteriormente, com a CLT, no contexto do Estado Novo. (Pessanha & Artur, 2013)

O modo toyotista de produção, por sua vez, vem acompanhado de um discurso empresarial que busca a “empresa flexível” ou “empresa enxuta”, o que acarreta perda de diversos direitos trabalhistas e consequências para as condições de trabalho. Esse processo se insere no contexto de reestruturação produtiva, caracterizado principalmente pela difusão de inovações tecnológicas e de novas práticas nas organizações em busca da máxima produtividade e da qualidade, bem como no “foco no cliente”, “zero defeito”, “zero estoque”.

No Brasil, os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso contribuíram de forma significativa para fragilização de direitos dos trabalhadores. No contexto brasileiro, os contornos desse processo também se inserem na transição do modelo agro-exportador para o modelo urbano industrial. Esse processo de industrialização, entretanto, não foi acompanhado por aumento de garantias trabalhistas, conforme foi observado no governo de Juscelino Kubitschek. (Silva, 2012)

Tais mudanças incidem sobre a relação entre trabalhador, carreira e organização. Com o advento da “fábrica enxuta e flexível”, o trabalhador passa a estar ligado muito mais à carreira do que à organização, pois nesta última não há mais a percepção de estabilidade no emprego (Nascimento, 2008, Hirata, 2008). Nesse contexto, emerge o discurso corrente de que cada profissional é responsável por sua carreira, por seu sucesso e por sua empregabilidade.

Antunes (1999; 2005) aponta três aspectos potencialmente destrutivos ao se considerar de maneira abusiva o paradigma da “empresa enxuta”:

[...] a) a caracterização da flexibilização somente como variável positiva; b) generalização abusiva dos casos localizados (Japão e ‘Terceira Itália’); c) não consideração dos efeitos sociais deletérios gerados pelo ‘modelo’, como por exemplo, aumento do desemprego, utilização precária de mão-de-obra, baixos salários e aumento do controle sobre a força de trabalho (p. 273).

Marcelino e Cavalcante (2012) apresentam uma proposta de definição para o termo em pauta levando em consideração questões analíticas e políticas: “é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas”. (p. 331)

A precarização, por sua vez, pode ser entendida como um processo mais amplo e abrangente e consiste em um regime de cunho político, no qual o trabalhador é obrigado a se submeter aos ditames de exploração, submissão e ausência de direitos fundamentais (Druck, 2011, Antunes, 2011). No que tange à precarização, é fundamental apontar que, conforme aponta Druck (2011), esse processo não se deve necessariamente à mundialização do capital, mas consiste em estratégia política e deve ser entendido como tal, viabilizando o olhar crítico sobre o fenômeno e potencializando as ações sociais frente às práticas de precarização.

Druck (2011) apresenta uma tipologia da precarização, levando em consideração o cenário brasileiro. Assim, aponta seis

tipos: a vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, a intensificação do trabalho e terceirização, a insegurança e saúde no trabalho, a perda das identidades individual e coletiva, a fragilização da organização dos trabalhadores e a condenação e o descarte do direito do trabalho. Barbosa (2010), Franco e Druck (2009) também apontam aspectos semelhantes.

No que concerne à legislação, alguns projetos de lei (Pessanha & Artur, 2013) já vinham sendo propostos na tentativa de regulamentação da terceirização: o Projeto de Lei 4302/1998, com a proposta de flexibilizar a lei que permite o trabalho temporário; o PL 4330/2004, com a proposta de regulamentar contratos de terceirização de forma direta; e o PL proposto pelo grupo de trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a proposta de proibição de atividade-fim, bem como a garantia da informação prévia ao trabalhador terceirizado. O Projeto de Lei mais recente, PL 4330/2004, veio acompanhado de intensas manifestações e debates acerca dos alcances da nova regulamentação, principalmente, porque traz a possibilidade de: terceirizar tanto atividades-meio quanto atividades-fim, transferir as obrigações trabalhistas para a empresa de terceirização e a diminuir a representatividade dos sindicatos. Entre as manifestações, é possível apontar diversos exemplos recentes, como manifestações da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de centrais sindicais, da Central de Trabalhadores do Brasil (CTB), da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). (Brasil, 2015)

A intensificação das práticas de terceirização vem acompanhada de argumentos presentes nos contextos empresarial e acadêmico. O principal deles repousa na ideia de que as empresas devem se concentrar em sua atividade principal e estratégica e delegar atividades e processos ope-

racionais e de menor importância para o negócio a outras empresas especializadas. No discurso acadêmico, o processo é apoiado com a proposição do argumento citado e passa a ganhar *status* de prática moderna de gestão e como uma ação estratégica por parte de quem compõe a gestão das organizações. Quando se considera o contexto atual, de intensas transformações no mundo do trabalho, é evidente que o processo de terceirização não atinge apenas as atividades ditas operacionais, mas incide sobre atividades fundamentais das organizações. Giosa (1993), há muitos anos, já alertava que diversas organizações tendem a terceirizar atividades relacionadas à produção, distribuição e operação, o que demonstra o alcance da terceirização.

É fundamental encarar tais argumentos e discursos de maneira crítica, pois as práticas de terceirização trazem custos significativos tanto aos trabalhadores quanto às organizações. Guimarães e Carvalho (2012) apontam os “custos escondidos” (p. 1180) envolvidos no processo de terceirização ao analisar, principalmente, tais práticas no campo da Saúde: “As expectativas de redução de custos podem, no entanto, ser defraudadas devido a uma má avaliação dos chamados ‘custos escondidos’, os custos indiretos (adjudicação, custos de transição, de maus contratos e de monitorização) e os custos sociais (redução da ‘moral’, baixa produtividade e alta rotação de colaboradores)” (p. 1180). Outros fatores apresentados por Zamberlan e Siqueira (2005), Melo e Kviatkowski (2007) e Lopes e Silva (2009) apontam para prejuízos no atendimento ao paciente no contexto da saúde em alguns serviços terceirizados.

As consequências da terceirização são diversas e afetam de forma negativa, principalmente, o trabalhador. Antunes (2002) aponta diversas consequências advindas do processo de precarização social do trabalho, como a segmentação dos tra-

balhadores e sua perda de força social, gerando, principalmente, a fragilização do potencial de luta coletiva, bem como a perda das forças dos sindicatos. (Dias, 2015)

Athayde e Brito (2010) apontam as consequências do processo de precarização para a qualidade de vida no trabalho. Diversos fatores característicos do intenso processo de precarização contribuem para o sofrimento do trabalhador, como a insegurança frente ao emprego, o aumento do ritmo de trabalho e as crescentes exigências de máxima produtividade. (Alevato & Perissé, 2014, Leite Júnior, Chamon & Camarini, 2012). Corcetti e Behr (2009) também apresentam pesquisa demonstrando impacto da terceirização na qualidade de vida no trabalho daqueles que atuam no setor metalmeccânico. Silva, Neto, Nunes e Gonçalves (2014) apresentam as consequências da precarização na intensificação do *stress* em vigilantes e porteiros.

Algumas categorias profissionais sofrem de forma intensa os atuais contornos da terceirização, a exemplo das cooperativas às quais se associam docentes, que passam a ter que se submeter ao regime horista de pagamento, o que torna precário seu vínculo de trabalho e impossibilita a remuneração por outras atividades inerentes a sua profissão, como o planejamento de aulas e o desenvolvimento de pesquisas científicas. (Calderón, 2013, Souza & Amaral, 2012, Elias & Navarro, 2012, Assumpção et al., 2012). Ferreira, Nascimento e Salvá (2012) demonstram os contornos da precarização para a categoria em questão no contexto de instituições de ensino privadas no Rio de Janeiro. Em conformidade com tais estudos, Silva (2013) aborda a questão de precarização em docentes do ensino público. Moita, Sousa, Correia e Aquino (2012) apresentam importante estudo sobre os efeitos da precarização em docentes temporários de uma universidade pública localizada em Fortaleza-CE.

Boehs, Krawulski e Roesler (2014) discutem os efeitos da precarização para docentes do ensino superior aposentados e que continuam a atuar no mercado de trabalho.

É mister apontar que, embora tenha sido mostrado neste artigo o exemplo de docentes do ensino superior público e privado, nas publicações encontradas, há outros estudos que abordam os efeitos da terceirização e da precarização para outras categorias profissionais, como os assistentes sociais (Assis, 2011), trabalhadores do setor bancário (Santos, 2013, Sanches, 2006) e trabalhadores do setor de confecção (Lima, 2009, Carvalho, Maciel, Matos & Viana, 2012). Cunha (2015), mais recentemente, abordou os efeitos da precarização e da terceirização para trabalhadores que atuam no setor de limpeza em escolas do município de Marília-SP. Traesel, Rosa e Vasconcelos (2012), Vasconcelos et al. (2012) e Barros (2012) apresentam estudo semelhante.

Outro aspecto que merece destaque e atenção é a diferenciação, apontada por diversos autores, entre os trabalhadores efetivos e os terceirizados. Feitosa (2008) aponta, em estudo realizado em um hospital público e de ensino, que os trabalhadores terceirizados apontam menor senso de propriedade em relação ao hospital, tinham remuneração inferior aos celetistas e servidores públicos, bem como estavam sujeitos à sobrecarga de atividades. Figueiredo, Alvarez, Athayde, Suarez e Pereira (2007) apontam que há um déficit na qualidade de serviços prestados por trabalhadores terceirizados em uma bacia petrolífera do Rio de Janeiro, devido ao reduzido número de treinamentos que estes recebem, situação distinta daquela dos trabalhadores efetivos, que recebem um número superior de treinamentos e conseguem melhor desempenho. Os mesmos autores também apresentam um número superior de acidentes de trabalho entre os trabalhadores terceirizados envolvidos no estudo.

No que tange a esse aspecto, Allan (2000) discute as seguintes consequências da terceirização no contexto de algumas organizações: o *turnover*, o enfraquecimento de ações de Recursos Humanos que estimulem o trabalho em equipe e a queda na qualidade das atividades executadas. Chambel (2012) também apresenta pesquisa nessa direção ao estudar o comprometimento afetivo de trabalhadores terceirizados.

Outros estudos mostram desafios marcantes no que se refere à gestão e segurança trabalhista para determinados grupos empresariais no momento de contratação e manutenção de trabalhadores terceirizados, o que já vem sendo denominado em alguns casos como “gestão de terceirizados” (Fernandes & Neto, 2005, Gramiscelli, Patrus-Pena, Assbû, 2009, Azevedo & Tonelli, 2010, Pinto & Araújo, 2006). Souza, Ferraz, Maia e Nobre (2005) apresentam o fenômeno de análise acerca da viabilidade e possibilidades de redução de custos envolvidos no processo de terceirização é denominado “terceirização estratégica”. Tais dados apontam para uma certa naturalização da prática e ancoramento da mesma no discurso de que isto é necessário, administrável e, até mesmo, estratégico para os grandes grupos empresariais.

Outra consequência nefasta do processo de terceirização consiste na transferência de responsabilidades do campo do direito do trabalho para o direito civil, pois as questões trabalhistas passam a ser tratadas entre duas empresas (a contratante e a contratada) e não mais entre a organização e o trabalhador. Assunção e Camara (2011), ao se debruçarem sobre o fenômeno da terceirização de trabalhadores que trabalham com o corte de árvores, exemplificam o quanto as responsabilidades trabalhistas são transferidas da empresa contratante para a empresa contratada quando se trata de acidentes de trabalho: “A tendência do aumento das taxas de acidente, quando se

trata de terceirização, é atribuída não somente à transferência selecionada de riscos, mas também à transferência de responsabilidades e da efetivação de medidas de segurança para a empresa terceirizada” (p. 389). Pode-se deduzir, por meio das questões discutidas, que a terceirização traz como principal consequência a precarização do trabalho e do emprego.

De forma paralela à intensificação dos processos de terceirização e de precarização, é exigido do trabalhador cada vez mais um perfil polivalente, dinâmico e multifuncional. Benevides, Avdezejus e Gomes (2013) alertam, ademais, que esse perfil diferenciado de trabalhador não é exigido apenas daqueles que ocupam funções estratégicas na organização, mas também dos que ocupam postos operacionais ou de especialistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica nas bases de dados citadas na seção Método resultou, após a filtragem de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, em setenta e uma publicações. O período de publicação foi estabelecido entre os anos de 2005 e 2015, obedecendo ao critério temporal de inclusão e exclusão. Percebe-se, de acordo com a Figura 1, que o número de publicações sobre o tema vem crescendo. Além disso, o ano de 2012 merece destaque, pois houve grande participação de trabalhos que versavam sobre questões da precarização e da terceirização no V CBPOT. Do total de estudos, 67% (n= 48) das publicações são datadas dos últimos cinco anos, o que indica a atualidade de significativa parte dos dados e autores consultados.

Figura 1 – Evolução Temporal das Publicações
(Ver no final)

Os principais temas abordados pelos artigos foram: precarização e terceirização. Os tipos de estudos foram: estudos empíricos acerca de práticas de terceirização em segmentos específicos da economia, em profissões ou organizações específicas e discussões teórico-metodológicas. Conforme pode ser visualizado na Figura 2, o número de estudos empíricos representa 75% (n= 53) do total de publicações selecionadas, sendo maior que o número de ensaios teóricos, os quais têm representatividade de 25% (n =18).

Figura 2 - Distribuição por tipo de publicação

(Ver no final)

Entre as profissões que se constituíram como objeto de estudo e discussão nas produções encontradas, pode-se apontar os assistentes sociais, docentes do ensino superior e da rede regular de ensino, profissionais do campo hospitalar, trabalhadores de bacias petrolíferas e trabalhadores que realizam corte de árvores. Aqui, merece destaque o expressivo número de trabalhadores que se debruçam sobre as condições de trabalho de docentes do ensino superior.

Quanto ao tipo de publicação, a seguinte distribuição foi observada: uma tese, três resenhas, sete dissertações, trinta e um artigos publicados em periódicos científicos e vinte e nove trabalhos publicados em anais de eventos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terceirização contribui de maneira significativa para o processo de exclusão social, aqui expressa tanto pela redução

de postos de trabalho e de salários quanto pela perda de direitos e garantias trabalhistas fundamentais para o trabalhador.

Lourenço e Bertani (2007) afirmam que “as precárias condições de trabalho acompanhadas de perto pela ameaça do desemprego geram instabilidade e risco social e de acidentes que, imbricadas com o aumento da pobreza e da desigualdade social, agravam a exclusão social”. (p. 126)

Dejours (1999; 2012) aponta que o sofrimento e as condições de precarização do trabalho são sentidas tanto por aqueles inseridos no mercado de trabalho quanto por aqueles em situação de desemprego. Segundo o autor, estes estão inseridos em um processo de vulnerabilidade social e aqueles expostos a condições insalubres e de insegurança frente ao futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alevato, H. M. R. & Perissé, N. (2014). “As pessoas já entram se sentindo menores”: estudo com trabalhadores terceirizados. *Anais do VI CBPOT*. Bonito, MS: SBPOT.
- Allan, C. (2000). The hidden organisational costs of using non-standard employment. *Personnel Review*, 29(2), 188-206. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/00483480010295989>
- Alvarez, D., Suarez, J. D., Pereira, R., Figueiredo, M., & Athayde, M. (2007). Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos (RJ). *Gestão & Produção*, 14(1), 55-68. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2007000100006>
- Antunes, R. (2002). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

- _____. (2005). *Adeus ao trabalho?* (10a ed.) São Paulo: Cortez.
- _____. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2011). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. *Serviço Social & Sociedade*, (107), 405-419. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000300002>
- Assis, S. M. (2011). *O processo de terceirização do trabalho do assistente social nos serviços públicos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Assumpção, C. T., Nunes, M. R., Cabral Tardivo, C. L., Cruz Lima, S. C., Barros, R. C., Simeão & Bigão, G. L. L. O. (2012). Precarização e reconhecimento: as duas faces do trabalho docente. *Anais do V CBPOT* (p. 304). Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Assunção, A. A., & Camara, G. R. (2011). A precarização do trabalho e a produção de acidentes na colheita de árvores. *Caderno CRH*, 24(62), 385-396. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000200010>
- Athayde, M. & Brito, J. (2009). Vida, saúde e trabalho: dialogando sobre qualidade de vida no trabalho em um cenário de precarização. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(3), 587-597. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000300012>
- Augusto, M. M. & Freitas, L. G. (2012). Contexto de Trabalho em uma Fundação Pública. *Anais do V CBPOT* (p. 192). Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Azevedo, M. C. & Tonelli, M. J. (2010). Experiências de vínculos de trabalho não tradicionais entre profissionais qualificados. *Anais do XXXIV Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, RJ: ANPAD.
- Azevedo, M. C. (2007). A globalização e o perfil do trabalho feminino em países do cone sul - argentina, brasil, paraguai e uruguai. *Anais do XXXI Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, RJ: ANPAD.
- Barbosa, A. M. S. (2010). A naturalização da identidade social precarizada na indústria do alumínio primário paraense. *Sociologias*, (23), 268-303. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000100010>
- Barros,, D. I. A. (2012). O impacto da precarização e flexibilização laboral na construção da subjetividade: o caso dos professores da rede pública de ensino do estado do Ceará. *Anais do V CBPOT* (p. 235). Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Benevides, T. M., Avdezejus, E. E. & Gomes, A. A. P. S. (2013). Inserção tecnológica no âmbito das Instituições de ensino superior: melhoria do ensino ou precarização do trabalho docente? *Revista de Administração e Contabilidade*, 5(2), 21-34.
- Boehs, S. T. M, Krawulski, E. & Roesler, V. R. (2014). Aposentadoria e permanência no trabalho: reflexões sobre escolhas e motivos de docentes universitários para a continuidade laboral. *Anais do VI CBPOT*. Bonito, MS: SBPOT.
- Borsoi, I. C. F. (2011). Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergencia*, 18(55), 113-133.
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, 28(101), 1503-1523. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>
- Britto, V. G. P., Marra, A. V. & Carrieri, A. P. (2012). Práticas discursivas de trabalhadores terceirizados e construções sociais da identidade de exclusão. *Revista de Ciências da Administração*, 14(32), 77-91. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2012v14n32p77>

- Calderón, A. I. (2013). Terceirização do trabalho docente à luz da responsabilidade social da educação superior. *Trabalho, Educação e Saúde*, 11(3), 487-501. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462013000300003>
- Carvalho, A. V. & Navarro, V. L. (2012). Adolescentes na produção calçadista: vivências e inserção no mercado de trabalho. *Anais do V CBPOT* (p. 326). Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Carvalho, R. G., Maciel, R. H. M. O., Matos, T. G. R. & Viana, L. M. M. (2012). Precarização e percepção de risco ocupacional entre trabalhadores informais de feira de roupas. *Anais do V CBPOT* (p. 149). Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Chambel, M. J. (2012). Práticas de Recursos Humanos e Duplo Comprometimento Afetivo por parte dos Trabalhadores Terceirizados. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 12(3), 267-282.
- Corcetti, E. & Behr, R. R. (2009). Trabalho terceirizado e qualidade de vida: o caso dos trabalhadores subcontratados do setor metalmeccânico da região da Grande Vitória (ES). *Anais do XXXIII Encontro da ANPAD*. São Paulo, SP: ANPAD.
- Costa, L. R. (2011). Subcontratação e informalidade na construção civil, no Brasil e na França. *Caderno CRH*, 24(62), 413-434. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000200012>
- Costa, M. S. (2012). Terceirização: Velhos Dilemas e a Necessidade de uma Nova Ordem. *Anais do XXXVI Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, RJ: ANPAD.
- Cunha, Y. R.. (2015). *Terceirização e terceirizados: um estudo sobre os impactos objetivos e subjetivos da terceirização sobre trabalhadores terceirizados que atuam no setor de limpeza em escolas estaduais no município de Marília-SP*. Dissertação de mestrado, Faculdade e Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- _____. (2012). *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15.
- Druck, G.; & Franco, T. (2007a) A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo. Resenha de: H. Hirata (2008). *Caderno CHR*, 21(53), 405. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000200014>
- _____; _____. (2007b) A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo. Resenha de: E. F. do Nascimento (2008). *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(3), 1091-1094. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000300033>
- _____; _____. (2011). Trabalho e precarização social. *Caderno CRH*, 24(edição especial), 09-13. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400001>
- _____. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, 24(edição especial), 37-57. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>
- Elias, M. A. & Navarro, V. (2012). Saúde mental de docentes do ensino superior: entre o saber e o adoecer. *Anais do V CBPOT* (p. 197), Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Feitosa, R. L. (2008). *Estilos de liderança e sua relação com comprometimento e clima organizacional: estudo de caso em um hospital público e de ensino*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

- Fernandes, B. & Neto, A. M. C. (2005). As práticas gerenciais frente aos principais desafios apontados pelas maiores empresas brasileiras na gestão de terceirizados. *Anais do XXIX Encontro da ANPAD*. Brasília, DF: ANPAD.
- Ferreira, P. C. A. S., Nascimento, R. P. & Salvá, M. N. R.. (2012). Professor: profissão de risco. uma análise das condições de trabalho dos docentes de IES privadas do Rio de Janeiro. *Anais do XXXVI Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, RJ: ANPAD.
- Franco, T & Druck G. (2009). *O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização*. SEMINÁRIO FUNDACENTRO. Salvador.
- Franco, T. D. G. & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>
- Giosa, L. A. (1993). *Terceirização: uma abordagem estratégica*. São Paulo: Pioneira.
- Gramiscelli, Y., Patrus-Pena, R. & Assbú, L. B. (2009). Gestão dos terceirizados: responsabilidade social ou risco de passivo trabalhista? *Anais do XXXIII Encontro da ANPAD*. São Paulo, SP: ANPAD.
- Guimarães, C. M., & Carvalho, J. C. (2012). Terceirização em cuidados continuados: uma abordagem de gestão de risco. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(5), 1179-1190. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000500012>
- Hirata, H. (2011). Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, 24(Edição Especial1), 15-22. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002>
- Brasil, L. (2015). *Terceirização racha centrais sindicais na paralisação convocada para sexta-feira* (publicado em 24 de maio de 2015). Recuperador em 25 de julho, 2015, de <http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-05-24/terceirizacao-racha-centrais-sindicais-na-paralisacao-convocada-para-sexta-feira.html>
- Leite Júnior, J. A. P. L., Chamon, E. M.Q. O. & Camarini, G. (2012). Diagnóstico da qualidade de vida no trabalho no setor da construção civil. *Anais do V CBPOT* (p. 167). Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Lima, A. D. C. C. D., Narciso, E. R. P., Andrade, L. F. S., & Oliveira, M. L. S. (2014). “Tenho Trabalho, mas não Tenho Emprego”: o Perfil do Trabalhador Informal na Região de Lavras – MG. *Anais do XXVIII Encontro da ANPAD*. Gramado, RS: ANPAD.
- Lima, A. M. S. (2009). *As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas.
- Lima, J. C. (2010). A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 17-26. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v13i1p17-26>
- Lopes, A. L. S. V. & Silva, J. R. G. (2009). Expectativas profissionais no discurso de terceirizados em TI. *RAE eletrônica*, 8(2). doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482009000200002>
- Lourenço, E. A. S. & Bertani, I. F.. (2007). Saúde do trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 32(115), 121-134. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572007000100011>.
- Lourenço, S. C. C., Villela, L. E. & Freitas, J. A. S. B. (2010). A percepção de trabalhadores terceirizados sobre as práticas de gestão de pessoas nas empresas offshore

- da rede Petro Bacia de Campos. *Revista Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 8(1), 45-56.
- Macedo, L. A. P. F. & Moreira, A. A. S. Percorrendo as trilhas da psicologia organizacional e do trabalho da década de 70 até os dias atuais. (2012). *Anais do V CBPOT* (p. 96). Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Marcelino, P. (2007). Afinal, o que é terceirização? Em busca de ferramentas de análise e de ação política. *Pegada*, 8(2), 55-70.
- _____, & Cavalcante, S. (2012). Por uma definição de terceirização. *Caderno CRH*, 25(65), 331-346. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000200010>
- _____. 2013). Trabalhadores terceirizados e luta sindical. Curitiba: Ed. Appris. Resenha de S. O. M. Dias. (2015). *Sociologias*, 17(38), 314-324. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003842>
- Melo, P. L. R., Kviatkowsk, M. A. (2007). Terceirização do Corpo Médico em Instituições Hospitalares Privadas: Um Estudo de Casos Múltiplo. *Anais do XXXI Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, RJ: ANPAD.
- Moita, D. S., Sousa, K. O., Correia, G. M. & Aquino, C. A. B. (2012). Modos de subjetivação frente ao trabalho precarizado: relato de pesquisa com os professores substitutos da UFC. *Anais do V CBPOT* (p. 184). Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Neves, M. A., & Pedrosa, C. M. (2007). Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. *Sociedade e Estado*, 22(1), 11-34. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922007000100002>
- Pessanha, E. G. F., & Artur, K. (2013). Direitos trabalhistas e organização dos trabalhadores num contexto de mudanças no mundo do trabalho: efeitos sobre os trabalhadores da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(6), 1569-1580. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000600009>
- Pinto, R. F. & Araújo, A. J. S. (2006). A terceirização real na grande indústria pessoense na perspectiva dos seus gestores. *Anais do XXX Encontro da ANPAD*. Salvador, BA: ANPAD
- Pochmann, M. (2006). *Terceirização e diversificação nos regimes de contratação de mão de obra no Brasil*. Campinas.
- Rios, M. C. & Gondim, S. M. G. (2010). Contratos psicológicos e terceirização: um estudo das relações entre vínculos e as práticas de gestão de pessoas. *Organizações & Sociedade*, 17(55), 689-703. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302010000400006>
- Russo, G. M., & Leitão, S. P. (2006). Terceirização: uma análise desconstrutivista. *Organizações & Sociedade*, 13(36), 107-123. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302006000100006>
- Sanches, A. T. (2006). *Terceirização e terceirizados no setor bancário: relações de emprego, condições de trabalho e ação sindical*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Santos, J. M. (2013). *Transformações organizacionais e mudanças nas condições de trabalho dos bancários*. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Santos, M. C. O., Lima, F. P. A., Murta, E. P., & Motta, G. M. V. (2009). Desregulamentação do trabalho e desregulação da atividade: o caso da terceirização da limpeza urbana e o trabalho dos garis. *Production*, 19(1), 202-213. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132009000100013>

- Santos, M. T. & Manfroi, V. M. (2012). Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. *EM PAUTA – Revista Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, 30(10), 233-252.
- Sartori, E. (2006). Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente. *Cadernos Pagu*, (26), 253-278. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100011>
- Silva, A. R., Neto, J. V. D., Nunes, I. M. S. & Gonçalves, M. P. (2014). Níveis de stress vivenciados pelos vigilantes e porteiros. *Anais do VI CBPOT*. Bonito, MS: SBPOT.
- Silva, G. M. (2012). As facetas do trabalho feminino e a questão de gênero no contexto da reestruturação produtiva: um estudo de caso nas olarias de Itabaiana/SE. *Anais da XIII Jornada do Trabalho*. Presidente Prudente, SP.
- Silva, P. M. C. (2013). “E as relações, você desprecariza como?": a perspectiva dos novos professores-pesquisadores da Fiocruz a respeito da precarização no trabalho. Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, FIOCRUZ, Rio de Janeiro.
- Souza, L. L. C. F., Serafim, F. S., Maia, B. O. & Nobre, J. A. P. (2005). Terceirização Estratégica e a Gestão do Fator Humano em Grandes Indústrias Cearenses de Confecção. *Anais do XXIX Encontro da ANPAD*. Brasília, DF: ANPAD.
- Souza, R. M. B. & Amaral, A. L. V. (2012). Precarização do trabalho docente e suas implicações subjetivas. *Anais do V CBPOT* (p. 192), Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Stefano, S. R., Nogueira, Mazzei, A. J. F. (2006). Tendências do Trabalho Atípico no Brasil. *Anais do XXX Encontro da ANPAD*. Salvador, BA: ANPAD.
- Thebaud-Mony, A. (2011). Precarização social do trabalho e resistências para a (re) conquista dos direitos dos trabalhadores na França. *Caderno CRH*, 24(Edição Especial), 23-55. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400003>
- Traesel, E. S., Rosas, M. L. M. & Vasconcelos, A. C. L. (2012). O trabalho de professores em escolas públicas: os espaços de discussão na produção de conhecimento e ação. *Anais do V CBPOT* (p. 34). Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Vasconcelos, A. C. L., Bastos, R. P., Silva, M. C. F., Marciãfo, N. C.; Silva, J. O., Melo, N. S., Coelho, C. C., Menezes, S. S., Martins, R. S., Lima, M. S. C. & Almeida, P. A. (2012). Adoecimento e trabalho em escolas públicas de Manaus. *Anais do V CBPOT* (p. 157). Rio de Janeiro, RJ: SBPOT.
- Zamberlan, C., & Siqueira, H. C. H. (2005). A terceirização nos serviços e conseqüências no cuidar em enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 58(6), 727-730. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672005000600019>

Recebido em: 28/09/2015.

Aprovado para Publicação em: 26/10/2015.

Figura 1 – Evolução Temporal das Publicações

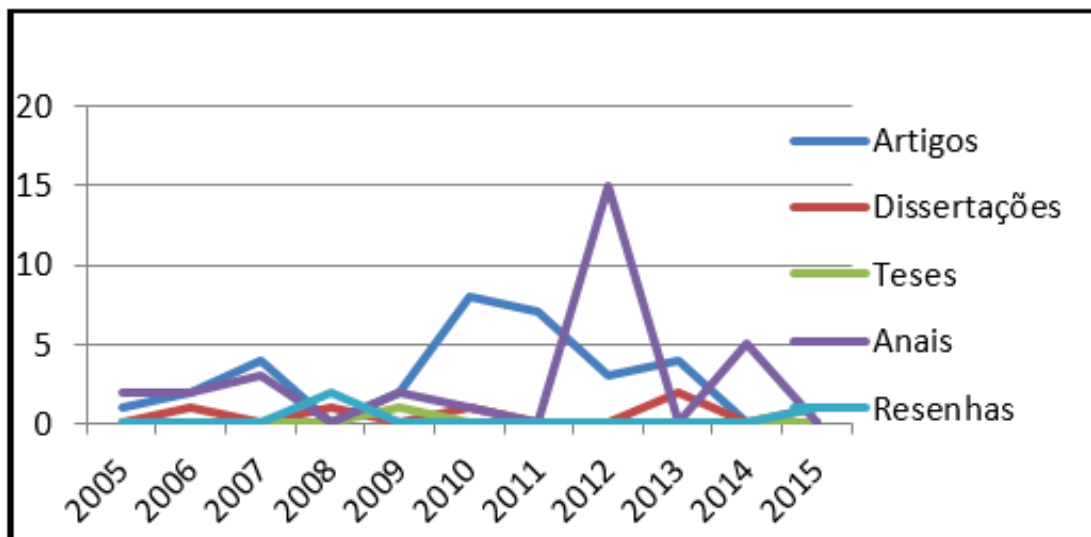


Figura 2- Distribuição por tipo de publicação

